

MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA? NORMA CULTA BRASILEIRA, NACIONALISMO E IDENTIDADE EM QUESTÃO

Valéria Cunha dos Santos

Mestra em linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (UFSC). Doutoranda em Teoria e Análise Linguística, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFSC). E-mail: csvaleria91@gmail.com

RESUMO: Discursos normativos e prescritivistas têm sido utilizados no ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras desde a criação do sistema educacional nacional. Já nos primeiros anos de escolarização, os cidadãos brasileiros são apresentados a uma lógica de preservação da língua e manutenção da norma, que trata os desvios como erros que afastam os falantes de um ideal de correção. Na perspectiva de que a língua é uma representação da cultura nacional e de que é através da língua que discursos identitários são construídos, faz sentido pensarmos no indivíduo e na sua identidade nacional a partir de questões linguísticas. No Brasil, a língua oficial é o português desde os tempos coloniais, de modo que a conservação da língua portuguesa foi uma das medidas para o próprio estabelecimento da nação. Nesse cenário, este trabalho buscou tratar da defesa do uso da norma culta da língua portuguesa como argumento para preservação da cultura nacional e para a própria constituição do falante como cidadão brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Prescritivismo; Norma culta; Nacionalismo; Identidade cultural.

ABSTRACT: Normative and prescriptive discourses have been used in Portuguese language teaching in Brazilian schools since the creation of the national educational system. In the very beginning of schooling, Brazilian citizens are presented to the logic of the maintenance of the standard norm, which considers deviations as errors that keep the speakers away from an ideal of correction. From the perspective that language is a representation of national culture and that it is through language that identity discourses are constructed, it makes sense to think about the individual and his national identity from linguistic issues. In Brazil, the official language has been Portuguese since colonial times, and the preservation of the Portuguese language was one of the measures for the establishment of the nation itself. In this scenario, where prescriptive standard language derives from a desire for national (cultural, political and social) cohesion, this work sought to defend the use of the standard Portuguese language as an argument for the preservation of the national culture and for the very constitution of the speaker as Brazilian citizen.

KEYWORDS: Prescriptivism; Nationalism; Standard language; Cultural Identity.

INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrarmos livros, *blogs* ou páginas de redes sociais dedicados à preservação da língua portuguesa, como se esta fosse uma espécie em extinção. Os infratores falantes brasileiros seriam os culpados pela morte da *última flor do Lácio, inculta e bela* dada a nós pelos nossos “descobridores” portugueses. Os brasileiros, incapazes de seguir naturalmente as regras impostas, já que não são donos da língua (ela é realmente *portuguesa*), deveriam ao menos lutar por sua manutenção antes que ela *desvaneça*. Afinal, se nossa pátria é nossa língua, seríamos expatriados pelo nosso descuido linguístico. É sob os indícios de *empobrecimento* da língua que manuais do bem falar e do bem escrever pregam seus mandamentos, que devem ser seguidos antes que seja tarde e o nosso português seja totalmente *contaminado*.

Ao longo do tempo, pesquisas linguísticas vêm desmentindo e questionando manuais normativos, derrubando o discurso pseudocientífico de seus autores com resultados de estudos e reflexões acerca dos preconceitos sociais reproduzidos nos preconceitos linguísticos. No entanto, mesmo não sendo novidade a superficialidade dos prescritivismos, ainda é comum a valorização das regras padronizadoras e arbitrárias (muitas vezes tomadas como naturais) como ferramentas que devem ser cuidadosamente manuseadas pelos falantes do português do Brasil, para estes que possam exercer o papel de cidadãos brasileiros. Essa valorização se dá, principalmente, pela ampla divulgação da “norma” – que em algumas vezes designa *norma padrão*, em outras, *culta* – como ideal essencial para a comunicação.

Nesse contexto, buscamos trazer aqui uma problematização sobre *normativismo*, a imposição de regras arbitrárias como necessárias para a utilização da língua, e norma culta como sinônimo de falar ideal. Pensando nisso, foram ressaltados pontos que perpassam o significado de língua como representação da nação e questionam o lugar do falante brasileiro de uma língua portuguesa. Desse modo, a seguir são apresentadas três seções: a primeira, onde é discutida a relação entre língua e nação; a segunda, em que são levantadas algumas considerações sobre norma culta do português brasileiro; e a última, que trata da questão identitária do falante como cidadão de um país. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

1. LÍNGUA E NAÇÃO

Do senso comum, temos a conhecida definição de língua como “um dialeto com um exército e uma marinha”. A partir daí temos um ponto de partida para a reflexão sobre o que é uma língua, como ela se estabelece e quais são seus limites, politicamente falando.

Cada país tem pelo menos uma língua oficial, que é a língua (ou uma das línguas) falada no território nacional, utilizada para atividades comerciais e legislativas e pelos meios de comunicação mais abrangentes. Na maioria dos países não europeus, as línguas oficiais são provenientes das antigas metrópoles europeias, o que revela a história da colonização mesmo pós-independência. Para além do fato de, por exemplo, nos Estados Unidos, na Austrália e na Nova Zelândia falarem inglês; no Brasil, em Moçambique e em Angola falarem português; na Argentina e no México falarem espanhol, meramente como herança cultural, está a expressão de poder de um centro para suas periferias.

Durante a expansão territorial, assim que as colônias eram conquistadas, era decretada como língua oficial daquele lugar a língua da metrópole. Além de demarcar a ocupação estrangeira, o uso da língua da metrópole nas colônias estabelecia a continuidade de uma nação: periferia e centro tinham os mesmos símbolos nacionais, as mesmas bandeiras, os mesmos heróis. Quando as antigas colônias se tornaram independentes, foram criados outros símbolos para consolidar a nova nação: um novo hino, uma nova bandeira etc. Entretanto, a língua oficial do colonizador permanecia, pela manutenção das transações econômicas e da ordem legislativa, e, no máximo, convivia com outra língua nativa com o número mais expressivo de falantes.

No caso do Brasil, depois de estabelecida a pátria independente, não houve outra língua oficial além da portuguesa. Vale ressaltarmos que chamar a língua falada no Brasil de *português* é insistir na manutenção de um grande bloco formado pelos países de língua portuguesa, com características nacionais distintas, mas unidos pelo eixo do código de comunicação. É por ter sido trazida da metrópole e por ser *português* (e não *brasileiro*) que a língua é tratada por muitos como propriedade de Portugal, ainda hoje. Em decorrência disso, a língua do outro lado do oceano serve como parâmetro para correção das variedades faladas no Brasil, que deveriam imitar um ideal europeu. Logo, sendo brasileiros, seria impossível falarmos português com tanta precisão quanto os portugueses. Portanto, estamos diante de um ideal inalcançável: pertencer a um lugar sem efetivamente fazer parte dele.

No conhecido livro *Preconceito Linguístico*, Marcos Bagno lista os oito mitos que compõem a “mitologia do preconceito linguístico no Brasil”. O segundo mito listado pelo autor

assinala que “brasileiro não sabe português/ só em Portugal se fala bem português”. Esse pensamento nos revela duas faces de uma mesma moeda e reflete “o complexo de inferioridade [dos brasileiros], o sentimento de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais ‘civilizado’” (BAGNO, 2009, p. 36). Esse tipo de crença presente no imaginário do preconceito linguístico dá força ao discurso normativista, que determina que a língua deve ser usada com cuidado, como um patrimônio herdado passível de deterioração.

A língua é tratada como única e como propriedade de um país, mesmo que seja falada em outros continentes. O significado de língua como meio de comunicação e de expressão do pensamento fica suspenso para que se possa tratá-la como norma a ser seguida e respeitada, como os limites territoriais. Considerando que “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50), podemos questionar se a língua, que é uma dessas representações, é algo que possa ser *possuído*.

A delimitação da língua oficial para a nação brasileira permaneceu depois da independência das colônias. Nesse cenário, vale salientar que determinar um código de comunicação, por lei, é um dos processos de totalização, base dos estados modernos, que anulam as diferenças individuais para construir a identidade da nação a partir de símbolos nacionais, unificando os nativos do território como membros de um grande grupo homogêneo. Esse tipo de processo ocorre porque, como afirma Stuart Hall, uma cultura nacional não é palpável e pré-existente aos habitantes do país, mas é um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). É desse discurso que se cria a ideologia do nacionalismo, que, nas palavras de Johnstone (2000),

depende da noção de língua como unidade autônoma e super-individual porque uma nação é definida, em parte, linguisticamente. Argumentos a favor dos estados-nação que substituíram sistemas autoritários feudais foram, por vezes, baseados em imagens de compartilhamento: uma nação consiste em povo com uma cultura compartilhada, uma história compartilhada e uma língua compartilhada. (JOHNSTONE, 2000, p. 409, tradução nossa¹).

Ao mesmo tempo em que são produzidos significados sobre “nação”, pelas culturas nacionais, são construídas identidades individuais dos cidadãos dessa nação. O discurso da

¹ No original: “the ideology of nationalism depended on the notion of the autonomous, super-individual language because a nation was defined, in part, linguistically. Arguments in favor of the nation-states that replaced authoritarian feudal systems were often based on images of sharing: A nation consisted of people with a shared culture, a shared history, and a shared language”. (JOHNSTONE, 2000, p. 409).

cultura nacional constrói identidades com passado e futuro, e a língua é a forma de “costurar” as diferenças identitárias numa única identidade nacional. Enquanto cidadãos, nascemos em um país e fazemos parte da sua história, convivemos com consequências de fatos do passado e devemos deixar um legado para o futuro. Pode parecer natural falar português no Brasil porque existe a impressão de que sempre foi assim, do mesmo modo que *parece* adequado o esforço que deve ser feito para preservar a língua portuguesa sem *violações*, mantendo a tradição da língua no país.

No livro *A identidade cultural da pós-modernidade*, Stuart Hall menciona a “invenção da tradição” (HOBSBAWN; RANGER *apud* HALL, 2006) como fato recorrente na construção de culturas nacionais. Tradições que parecem ser antigas, em muitos casos, são recentes e inventadas. As tradições inventadas são um conjunto de práticas “que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (HALL, 2006, p. 54). Portanto, soa adequado falar português no Brasil porque *sempre foi assim*, e, como cidadãos brasileiros, devemos manter a tradição em nome de um passado que não vivenciamos, mas que devemos honrar. “As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar identidades passadas” (HALL, 2006, p. 56).

Segundo Hall, por trás do que constitui uma cultura nacional como uma comunidade imaginada há as *memórias* do passado, o *desejo* por viver em conjunto e a perpetuação da *herança*. São esses fatores que mantêm a unidade nacional. É a favor dessa unidade que dizem estar professores, gramáticos e instrumentos normativistas – como manuais de redação, páginas da *web* e, mais recentemente, canais no *YouTube* que abordam “dicas” de português, especialmente para fins de estudo para concurso –, que condenam estrangeirismos e mudanças internas ao sistema linguístico e defendem a homogeneidade da língua portuguesa, admitindo que as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal apareçam apenas nos níveis lexical e fonético.

A condenação de mudanças linguísticas tem a ver com a “perpetuação da herança” e com a manutenção da unidade no território. Nesse viés, criticar os “modismos”, as novidades na língua, sem nenhum outro critério além da defesa do passado, e sentenciar determinados usos como não sendo do português é negar um processo natural do sistema linguístico sem observar o que está para além desse sistema.

2. NORMA CULTA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Qualquer língua natural é heterogênea, e, além de sistema de comunicação, é uma entidade cultural e política. Nesse sentido, uma língua é um conjunto de variedades. Dentre as variedades do português falado no Brasil, existe chamada *culta*, prestigiada e difundida pelos meios de comunicação, que é ensinada nas escolas como ideal linguístico a ser utilizado nas atividades mais formalizadas e nos contextos mais monitorados. O ensino da norma culta tem como finalidade proporcionar a todas as pessoas escolarizadas a possibilidade de acesso às informações escritas e faladas nessa variedade considerada padronizada em todo o país.

De acordo com Carlos Alberto Faraco (2008, p. 42), norma designa “um conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade, incluindo os fenômenos de variação”. Não existe norma linguística “pura”, todas são hibridizadas de alguma forma. Porém, mesmo híbridas, são caracterizadamente padrões, moldes distintos para cada contexto de uso, que *normatizam* a língua. Norma “é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas [linguísticas]” (FARACO, 2008, p.42), portanto, a chamada norma culta é um conjunto de valores sociais vinculados às formas linguísticas utilizadas por pessoas “cultas” ou em contextos “cultos”. São considerados falantes cultos, em geral, pessoas com nível superior, a *erudita* e pequena parcela da população brasileira que faz parte das elites escolarizadas. A norma culta, também denominada norma comum ou *standard*, se identifica, na maioria das vezes, com a “língua urbana comum”, “vinculada estreitamente ao espectro de práticas socioculturais que constituem o que se pode chamar de cultura letrada em sentido amplo” (FARACO, 2008, p.58).

O estabelecimento da norma culta como variedade a ser ensinada e utilizada nos ambientes formais “[...] é um processo que se integra historicamente ao modelo de sociedade que uma certa elite implanta, calcado na manutenção da estrutura de dominação” (PAGOTTO, 1998, p. 51). Aqueles que são responsáveis pelo ensino escolar e pela produção de informação nos meios de comunicação são os indivíduos escolarizados, falantes da variedade culta, que ensinam e dialogam com os falantes *incultos*, impondo seu modo de falar e suas determinações, mantendo as relações de dominação e poder, de elite e periferia.

Em qualquer ambiente existem relações de poder que caracterizam e constituem o corpo social e “estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT,

1993, p. 179). A manutenção de disposições regrado o uso da linguagem depende do funcionamento do discurso pró-norma culta. A defesa de um padrão estabelecido para a comunicação, fixado em regras de uma norma, é de que é necessário um conjunto de regulamentos no uso para que sejam satisfeitas as condições de comunicação.

No entanto, a ampliação do ensino da norma culta não tem se mostrado como garantia do acesso à informação e da eficácia na comunicação, muito menos problematiza as convenções sociais. “As formas linguísticas da chamada norma culta estão impressas de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças” (PAGOTTO, 1998, p. 50), mas, mesmo assim, o ensino da norma, na maioria das vezes, se restringe às formas e não trata dos significados atrelados a ela que poderiam ser investigados e discutidos.

A norma culta é confundida muitas vezes com a *norma padrão*, construto sócio-histórico que serve como referência para estimular um processo de uniformização diante de variedade dialetal. Essa norma é uma abstração, não existe efetivamente, e está em gramáticas normativas e dicionários – instrumentos padronizadores, não descritivos – onde está a língua *estática*, fora dos usos reais. Os “defensores” da norma padrão argumentam que o seu domínio levaria à ascensão social, quando se sabe que isso não é o que se observa. Além de a norma padrão ser diferente da culta, variedade prestigiada e correlacionada à ascensão social, não é *apenas* o domínio da norma de prestígio que irá permitir que as pessoas tenham acesso aos seus direitos como cidadãos.

Já há vinte anos, Emilio Pagotto chamou de “processo de exclusão por meio da língua” a relação das formas linguísticas com determinados grupos dominantes somada à promoção de determinadas formas pelos aparelhos ideológicos do Estado e ao discurso (pseudo)científico. O autor ressalta que é a partir do discurso científico que “se torna possível legislar a exclusão, com a condescendência e a serenidade que a eficácia desejada exige” (PAGOTTO, 1998, p. 67). E é na escola que vemos mais nitidamente os efeitos mais diretos desse discurso que prega simultaneamente “norma e condescendência”.

A manutenção de uma língua de herança exige a adoção de regras excessivamente artificializadas e demanda um ensino prescritivista, já que não se observa essa língua, ensinada na escola, na vida real (portanto, não se aplicaria uma lógica descritiva, muito menos analítica e crítica no seu ensino). Entretanto, deveria ser para reduzir a exclusão social por meio da língua que o seu ensino nas escolas deve ser eficaz, sem ser apenas prescritivo. As pessoas

escolarizadas, além de dominar a variedade linguística comum – a norma culta brasileira, nesse caso –, deveriam ser capazes de observar que não por acaso o uso da norma culta é requerido nas situações em que o poder está em jogo, e que não por acaso é falado português no Brasil etc. Assim, os falantes seriam mais conscientes sobre sua própria língua e teriam mais independência ao se moverem pela linguagem. Resta, portanto, questionar: de quem é o interesse da manutenção de uma realidade distinta dessa idealizada?

O ensino da norma culta deve ser justificado por outro fator que não a preservação da língua portuguesa. Estudos sociolinguísticos comprovam, investigando fenômenos linguísticos reais, que não haveria razão em temer a “degradação” da língua portuguesa no Brasil. É inerente à língua a mudança e a possibilidade de variação tanto que:

[...] o fato mais básico que salta aos olhos é muito simples: o português do Brasil sempre foi o português. No imenso território que atualmente ocupa como língua materna da grande nação brasileira, não se estabeleceu nenhum traço estrutural estranho à estrutura original com a qual a língua portuguesa aportou na América (NARO; SCHERRE, 2007, p. 179).

Segundo Antony Naro e Marta Scherre, pensar que o português brasileiro atual seria uma versão simplificada da língua portuguesa é equivocado, uma vez que não há bases empíricas que sustentem a hipótese de que a língua falada no Brasil “sofra” de “vícios e pragas”, como afirmam muitos defensores ferrenhos do ensino tradicional. De acordo com os linguistas, “o português brasileiro não é o português simplificado; é o português com as suas raízes originais, rurais e populares” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 186), portanto, as variedades da língua, surgidas em diferentes localidades e ao longo do tempo, não trouxeram perdas ou prejuízos. Todas as transformações observadas no português brasileiro encontram motivações externas e internas ao sistema linguístico para ocorrerem, e não são acomodadas nesse sistema aleatoriamente. Consequentemente, a percepção da mudança linguística como fenômeno natural leva a uma compreensão muito mais ampla sobre o que é língua e sobre como ela funciona em nosso meio social.

Vale lembrar que, assim como a língua (conjunto de variedades), a norma culta não é fixa, mas muda constantemente – justamente por ser uma variedade. A mudança ocorre quando um fato linguístico deixa de ser individual e se torna recorrente socialmente. Pensar sobre variação e mudança linguística nos leva a analisar a relação entre o falante e a língua, pois é a recursividade do uso que condiciona uma nova regra ou novo registro. É nesse sentido que uma

mudança no comportamento de um grupo necessariamente começa com uma inovação por um indivíduo, mas não há como negar que “o comportamento individual é sempre socialmente condicionado” (JOHNSTONE, 2000, p. 409)². Dessa maneira, não há como dissociar do estudo da língua o estudo do indivíduo e do ambiente social.

3. “A IDENTIDADE EM QUESTÃO”

Na perspectiva de que a língua é uma representação da cultura nacional e que é através da língua que discursos identitários são construídos, faz sentido pensarmos no indivíduo e na sua *identidade nacional* debruçados em questões linguísticas.

O indivíduo constrói suas identidades discursivamente e “[...] em grande medida as escolhas linguísticas dos indivíduos se vinculam ao processo identificatório destes” (SEVERO, 2007, p.11). Suas narrativas não só os representam, mas os constituem como atores sociais ao mesmo tempo em que constituem o mundo social onde eles atuam (BRUBAKER; COOPER, 2000)³.

Nesse contexto, conforme afirma Severo (2007, p.12), “um mesmo indivíduo é atravessado por uma série de identidades, que não são estáticas, mas dinâmicas e interligadas”, constantemente modificadas. A existência de múltiplas identidades decorre das diversas situações vivenciadas pelos indivíduos, que exigem deles posturas diferentes para cada ocasião ou interação. É natural, portanto, que cada identidade seja expressa de uma maneira específica.

Dessa forma, as identidades são construídas em relação às diferentes pressões e interações sociais, assim como as normas linguísticas. Sobre essa questão, vale destacar que sociedades da modernidade tardia

[...] são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos (HALL, 2006, p. 17).

Um indivíduo, que vivencia diferentes papéis num mesmo dia, por exemplo, cada um com seu estilo particular, agencia diversas características para cada identidade, e uma delas é o

² “*Individual behavior is always socially conditioned*” (JOHNSTONE, 2000, p. 409).

³ “*Narratives not only represent but, in an important sense, constitute social actors and the social world in which they act*” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 12).

uso de uma variedade linguística específica para determinada interação. O ajuste do uso linguístico para cada identidade individual revela que “as motivações para a variação/mudança estão intrinsecamente vinculadas ao processo de formação das identidades dos indivíduos” e confirma que a variação ocorre “através de práticas sociais nas quais os sujeitos se engajam, mediante o compartilhamento de valores, crenças etc., e trocas linguísticas” (SEVERO, 2007, p. 13).

Ainda sobre as escolhas que moldam as identidades individuais, Makoni e Makoni (2013, p. 2, tradução nossa) afirmam que “a capacidade e *latitude* dos indivíduos em expressar e moldar sua identidade é restrita pelo fato de que o agenciamento e as escolhas feitas por eles são limitadas por uma combinação de fatores linguísticos, históricos e sociais”⁴.

Mesmo sendo multifacetados, os indivíduos passam por uma fragmentação pós-moderna, resultado da globalização. Por mais que a estrutura da identidade permanecesse aberta, o que era antes *identidade nacional* é ampliada como uma identidade cosmopolita. Como efeitos de possíveis consequências da globalização sobre as identidades nacionais podemos destacar, com Hall (2006), que:

- As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do ‘pós-moderno global’.
- As identidades nacionais e outras identidades ‘locais’ ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização
- As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. (HALL, 2006, p. 69).

Com a possibilidade de identidades híbridas e amplas, os sujeitos passam a desenvolver identidades locais, também como efeito da globalização. Desse modo, as identidades flutuam livremente, desvinculadas de histórias e tradições específicas, e

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam *identidade*, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. (HALL, 2006, p. 75).

Conforme ressalta Hall (2006), a identidade só se torna uma questão quando está em crise. Vemos, na Pós-Modernidade, que essa crise acontece pela fragmentação do indivíduo,

⁴ No original: “the capacity and latitude of individuals to express and shape their identity is restricted by the fact that agency and the choices they make are constrained by a combination of linguistic, historical, and social factors” (Makoni; Makoni, 2013, p. 2).

pela descentralização do seu lugar social, efeito das mudanças nas sociedades modernas, consequências da globalização. Nesse sentido, com o intuito de pôr fim numa possível crise identitária causada pela internacionalização do mundo globalizado, “o sujeito busca uma identidade nacional e cultural com a expectativa de que essa identidade lhe assegure o conhecimento de si” (SEVERO; PAULA, 2010, p. 116), com o discurso de nação unificando as diferenças.

Como podemos observar, mesmo a partir dessa breve reflexão, tratar de questões identitárias e de língua não é uma tarefa simples. Por mais que sejam assuntos que fazem parte da vida de todas as pessoas, não devemos perder de vista que:

Ao tratar sobre língua e identidade, assim como outras categorias de ciências sociais, como classe, gênero, identidade nacional e assim por diante, temos que ser céticos quanto a uma tendência que assume que essas noções são fixas e não problemáticas, em termos de tempo e espaço. Em adição a isso, essas noções são determinantes no sentido de que cada categoria molda a natureza das práticas de linguagem. Além disso, noções como língua e identidade estão constantemente evoluindo na academia, o que torna as relações entre essas duas noções mais difíceis de estabelecer. (MAKONI; MAKONI, 2013, p.5).⁵

Além de ser necessário trazer esses temas à tona, principalmente no ensino de língua, é preciso não perder de vista que os conceitos que englobam essa discussão são constantemente reformulados e reinterpretados à luz de diferentes perspectivas teóricas e momentos históricos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua é tão determinante para a construção e a expressão da identidade da mesma forma em que é determinante para o estabelecimento de uma cultura nacional, de modo que se o indivíduo julga não saber sua língua, ele perde um pouco da sua identidade nacional. Falar e escrever na norma culta do português brasileiro, variedade utilizada para fins administrativos, legislativos e comunicacionais de modo geral, afirma a nacionalidade brasileira, porque a língua oficial do país é um dos elementos que o constitui como nação. Portanto, *dominando* a língua

⁵ “*In language and identity, as in other social science categories such as class, gender, national identity, and so on, we have to be skeptical of a tendency which assumes that the notions are unproblematic and fixed, in terms of both time and space. In addition, notions are deterministic in the sense that each category shapes the nature of language practices. Furthermore, notions such as language and identity are constantly evolving in academe, rendering relationships between them harder to establish.*” (MAKONI; MAKONI, 2013, p. 5).

prestigiada, cedendo às pressões normativas impostas por diversas instâncias, o indivíduo tem a possibilidade de exercer sua identidade nacional.

Nessa lógica, se a língua é um fator determinante para o estabelecimento da nação, a conservação da nação dependeria do cuidado com a língua. Entretanto, a língua é heterogênea e está em constante processo de mudança, independentemente (em certa medida) de qualquer ação controladora. O controle das formas linguísticas nos ambientes formais, assim como a exigência de uma dada norma para se comunicar em determinadas situações refletem o controle que os aparelhos ideológicos do Estado exercem sob os sujeitos. A manutenção da “ordem” na língua para que não “vire uma bagunça” revela que não interessa àqueles que exercem dominação que a fala dos não escolarizados e não elitizados seja considerada como digna da língua portuguesa, logo, digna da nação brasileira. Manter a “ordem” nesse aspecto garante o “progresso” do país, sem que se percam as raízes herdadas dos tempos coloniais.

A preservação da língua portuguesa (como se esta corresse o risco de extinção) tem como consequência o cuidado antes de falar qualquer coisa, a preocupação e a vigilância *do que* e de *como dizer*. Ensinar, nas escolas, que a língua precisa ser salva, antes de qualquer coisa, cria nos alunos medo de falar o que quer que seja, já que ninguém quer ser culpado pela *morte do português* ou sua *deprecação*.

Apesar disso, e convivendo nesse cenário de pressões ideológicas, tem-se mostrado como alternativa ao prescritivismo o ensino da norma culta, variedade real do português brasileiro. Essa prática visa dar aos alunos condições linguísticas necessárias para acessar informações e bens culturais. Mas, vale destacar que, ao ensinar uma norma, interessa que ela seja problematizada e que sejam discutidos os motivos que definiram aquela variedade como *standard*. O ideal de ensino deveria passar pelo acesso à cultura, à mobilidade nas práticas socioculturais da escrita, ao letramento e à reflexão sobre a língua como sistema e como forma de exercício de poder. Considerando todas essas questões, a aprendizagem da norma culta deve ser emancipatória no sentido de fazer os indivíduos refletirem sobre a própria realidade e de dar a eles condições de questionarem e participarem da vida social.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2009.

BRUBAKER, R.; COOPER, F. *Beyond 'identity'*. *Theory and Society*, 29, 2000. p. 1-47

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. p. 179- 191.

HALL, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

JOHNSTONE, B. The individual voice in language. *Annual Review Of Anthropology*, Palo Alto, v. 29, p.405-429, 2000.

MAKONI, S.; MAKONI, B. *Language and identity in Africa*. In: CHAPELLE, Carol A. (ed.). *Encyclopedia of Applied Linguistics*. Blackwell Publishing, 2013.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PAGOTTO, E. G. Norma de condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos*, jul-dez. Campinas: Pontes, 1998. p. 49-68.

SEVERO, C. G. *A questão da identidade e o lócus da variação/ mudança em diferentes abordagens Sociolinguísticas*. *Revista Letra Magna*, v. 4, p 1-15, 2007.

SEVERO, C. G.; PAULA, A. C. Identidade e alteridade. In: _____. *No mundo da linguagem: Ensaio sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 93-126.